

Minuta da Ata da 50ª Reunião Ordinária
da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,
realizada em 19/05/2009, 3ª feira, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia,
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. Newton Paciornik – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Ernani Lustosa Kuhn – Ministério da Fazenda
3. Wadih João Scandar Neto – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
4. Gerson Clovis Maly – Ministério dos Transportes
5. Andréa Souza Santos – Ministério do Meio Ambiente

Outros Participantes:

1. Mauro Meirelles de Oliveira Santos – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Mariana Egler – Ministério do Meio Ambiente
4. Leandro P. de F. Valentim – Ministério do Meio Ambiente
5. Sérgio Cortizo – Ministério do Meio Ambiente
6. João Luiz Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
7. Hamilton Moss de Souza – Ministério de Minas e Energia
8. Luís Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
9. Roberto Cavalcante – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
10. Fernanda Maria Rocha Soares – Ministério das Relações Exteriores
11. Frederico Braga – Ministério das Cidades

Resumo das discussões e decisões da 50ª Reunião Ordinária da Comissão:

1. Aprovação da Ata da 49ª Reunião Ordinária, sem emendas.
2. Análise dos projetos – síntese:

Número	Projeto	Posição anterior	Posição pós-reunião
193	Usina Interlagos	Aprovado com ressalvas	Aprovado com ressalvas
201	PCH Faxinal II	Revisão	Revisão
227	Ecobio Carbon 01	Revisão	Aprovado com ressalvas
232	Bragagnolo	Revisão	Aprovado
234	TECIPAR	Revisão	Revisão
235	PCH Goiandira	Submetido	Revisão
236	PCH Santana I	Submetido	Aprovado com ressalvas
237	Jaguarão	Entrada	Submetido
238	Serra dos Antunes	Entrada	Submetido
239	Livramento	Entrada	Submetido
240	Estelar	Entrada	Submetido
241	Paragominas	Entrada	Submetido
242	CTRS / BR040	Entrada	Submetido

3. Informação sobre o recebimento de ata da reunião do ONS, MCT, MME e Entidades Operacionais Designadas – EODs para apresentação do método de cálculo do fator de emissão utilizado da rede nacional de distribuição elétrica a ser considerado nas atividades de projetos brasileiros no âmbito do MDL. Relatou-se que o conteúdo da ata é positivo e que a mesma deve ser complementada com mais uma visita de um representante das EODs para esclarecimentos residuais sobre a planilha de cálculo definitiva, que havia ficado pendente. As EODs reafirmaram a necessidade de atualização da cartilha de metodologia de cálculo, por parte da Comissão.
4. Discussão sobre a Instrução Normativa nº 7 do IBAMA.
5. Criação de um grupo de trabalho para um posicionamento mais elaborado da CIMGC sobre o ponto anterior, com representantes do MCT, a quem caberá a coordenação, MME, MRE, MMA, MFazenda, MTransportes e MCidades.

O Dr. Newton saudou inicialmente a todos, informando que o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, a pedido do Ministro Sérgio Rezende, lhe havia pedido para coordenar os trabalhos.

1. Aprovação da Ata da 49ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.

O Dr. Newton questionou se haveria alguma manifestação por parte dos presentes no que se referia à minuta da Ata da reunião anterior, observando que todos tiveram acesso prévio ao documento. Perguntou se haveria algum erro ou observação identificados. Tendo em vista que nenhum dos participantes da reunião se manifestou, considerou-se a ata da 49ª Reunião aprovada.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Antes da análise específica dos projetos, o Dr. Newton registrou que os proponentes têm até 60 dias para responder aos ofícios que contêm as solicitações de esclarecimentos da CIMGC. Após esse prazo, não havendo resposta satisfatória, seriam considerados não submetidos, a menos que houvesse algum pedido dos proponentes para ser levado em consideração. Após esse registro, solicitou que o Dr. Adriano conduzisse a explanação acerca dos projetos que seriam considerados na reunião.

Projetos aprovados com **ressalvas** cujos proponentes **não** apresentaram respostas satisfatórias aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias

- 193 – Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos** (ofício 379, de advertência, enviado em 22/10/2008. Em 23/01/2009 foi recebida mensagem eletrônica informando interesse quanto à manutenção do projeto. Em 18/03/2009 foi recebida correspondência contendo solicitação similar)

O projeto ainda depende de alterações inerentes ao processo de Validação. Por esse motivo, a CIMGC deliberou que poderia aguardar, tendo em vista que a paralisação do processo de aprovação no âmbito da Comissão não depende exclusivamente do proponente. Dr. Adriano comentou que este é um projeto que envolve fator de emissão da rede, mas que o pedido de prorrogação não está ligado a isso.

Por fim, a CIMGC deliberou pela manutenção da **aprovação com ressalvas** do Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos**, sem envio de novo ofício.

Projetos em **revisão** cujos proponentes **ainda não** apresentaram respostas aos
ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias

- 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II** (ofício 389, enviado em 27/01/2009. Em 18/03/2009 foi recebida correspondência, informando interesse quanto à manutenção do projeto)

O Dr. Newton afirmou que este projeto apresentava uma situação similar ao do caso anterior, e sugeriu o mesmo posicionamento.

A CIMGC deliberou por manter o Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II em revisão**, sem envio de novo ofício.

Projetos em **revisão** cujos proponentes **ainda não** apresentaram respostas aos
ofícios enviados pela CIMGC

- 234 - Projeto de Gás de Aterro **TECIPAR – PROGAT** (ofício 398, enviado em 24/03/2009)

O proponente do projeto enviou carta no dia 15 de maio, a qual não trouxe respostas específicas aos questionamentos da CIMGC. A correspondência trazia a solicitação de que o projeto de geração de energia fosse analisado na próxima reunião da CIMGC, tendo em vista as recentes alterações no panorama econômico nacional e mundial.

Dr. Newton explicou que um dos objetivos dos prazos estabelecidos para respostas é o de impedir que projetos permaneçam na agenda sem novas deliberações. Dessa forma, evita-se um entendimento equivocado por parte do público em geral de que o ônus caberia à CIMGC. Avaliou a solicitação relacionada ao projeto em questão como razoável e requisitou a opinião de todos. Nada havendo em contrário, o projeto foi mantido em revisão.

Portanto, a CIMGC deliberou por manter o Projeto de Gás de Aterro **TECIPAR – PROGAT** em **revisão**, sem envio de novo ofício.

Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em
conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC

- 227 – Projeto de tratamento e utilização de dejetos de suínos **Ecobio Carbon 01** (ofício 386, enviado em 27/01/2009 – resposta recebida em 19/03/2009)

O Dr. Adriano indicou os pontos em função dos quais o projeto se encontrava em revisão. Pela análise do MCT, as exigências foram parcialmente cumpridas; restavam ser apresentadas, principalmente, as cópias das licenças ambientais válidas das granjas, a respeito das quais o órgão ambiental manifestou haver diversas pendências.

Dra. Andréa confirmou pelo MMA a necessidade de apresentação das cópias das licenças que substituam aquelas cujas validades expiraram.

A partir dessas manifestações, baseadas nos respectivos pareceres, o Dr. Newton perguntou se todos concordariam com a aprovação do projeto com ressalvas. Não houve manifestação contrária.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de tratamento e utilização de dejetos de suínos **Ecobio Carbon 01**, com as seguintes **ressalvas**:

1. No sítio da rede mundial de computadores, cujo endereço eletrônico é apresentado na carta-convite, deve constar a versão mais nova do Documento de Concepção de Projeto – DCP e também as contribuições do projeto ao desenvolvimento sustentável na forma do Anexo III da Resolução nº 1, garantindo que este sítio permaneça acessível até, no mínimo, o término do processo de registro da atividade de projeto no Conselho Executivo do MDL conforme a Resolução Nº 7.
 2. Para as cidades de Água Doce e Lauro Müller, as associações convidadas para comentários não têm relação direta ou indireta com o projeto; para essas cidades e também para Braço do Norte, Iomerê e Seara, enviar carta convite para comentários das associações comunitárias com relação direta ou indireta com o projeto, ou incluir declaração da inexistência delas, quando for o caso. Para a cidade de Braço do Norte, enviar convite para a Câmara Municipal.
 3. Enviar as cópias das cartas-convite, e não apenas o modelo, encaminhadas para os atores necessários, segundo a Resolução Nº 7.
 4. Apresentar cópia da 2ª Alteração Contratual da Ecobio Carbon, que se depreende ter acontecido pela carta resposta da empresa, indicando também se houve a eventual nomeação de um administrador, como permite o contrato social apresentado.
 5. Apresentar a Licença de Operação de Antônio Honório, Carmelindo Bedin, Élio Abrão Giacomini, José Eising Esser, Luiz José Valmorbidia, Masavel Agropecuária Ltda Claudemir Cesca 01 e 02, Masavel Agropecuária Ltda Leonir Cesca, Nilton Wiggers Ricken, Nivaldo Irineu Ricken, Paulo Canever, Sigmundo Pernlochner e Walter Mugnol.
- 232 – Avelino **Bragagnolo** – Tratamento de Efluentes usando Sistema Aeróbio (ofício 395, enviado em 24/03/2009- resposta recebida em 20/04/2009)

O Dr. Adriano indicou os pontos em função dos quais o projeto se encontrava em revisão. Pela análise do MCT, as exigências, relativamente simples, foram cumpridas e a atividade deveria ser aprovada. Com base nos elementos apresentados, o Dr. Newton sugeriu a aprovação do projeto, e não houve manifestação contrária.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **aprovação** do projeto Avelino **Bragagnolo** – Tratamento de Efluentes usando Sistema Aeróbio.

Projetos submetidos na última reunião:

- 235 – Atividade do Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas **Goiandira**, Pedra do Garrafão, Pirapetinga e Sítio Grande

O Dr. Adriano destacou que o projeto contempla quatro centrais hidrelétricas em quatro Estados. O parecer do MCT foi pela revisão, destacando-se de maneira breve os seguintes pontos problemáticos: informação contendo mais de uma data de início do projeto; erros de tradução do DCP; ausência de planilha de custos para se verificar a análise financeira; ausência de elementos que justifiquem o padrão WACC – custo médio ponderado de capital – que não faz referência às outras empresas envolvidas; ausência das cópias de licenças ambientais; e, principalmente, constatação de que o Relatório de Validação deixa em aberto a verificação do fator de emissão, embora a questão já esteja devidamente resolvida, havendo margem para o entendimento de que a versão apresentada do referido Relatório ainda não seria a final.

O Dr. João Luiz Tedeschi registrou problemas com as coordenadas das PCHs, que não são exatamente as mesmas que constam nas licenças e autorizações da ANEEL.

A Dra. Andréa observou que algumas cartas para comentários foram enviadas após o prazo, mas, como houve resposta desses atores, a questão da data ficara irrelevante. Também destacou que houve, como resposta ao convite de comentários, uma pergunta da prefeitura de Campos dos Goytacazes, não completamente respondida no DCP. O Dr. Newton concordou que cabe a solicitação de esclarecimento quanto ao elemento identificado pelo MMA e sugeriu o projeto fosse considerado em revisão, não havendo manifestações contrárias.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **revisão** da Atividade do Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas **Goiandira**, Pedra do Garrafão, Pirapetinga e Sítio Grande, para atender as seguintes **exigências**:

1. Reapresentar o DCP/PDD para:
 - a. informar apenas uma data de início da atividade de projeto, de acordo com as normas em vigor;
 - b. acertar o nome do município de “Campos dos Goytacazes”, grafado como “Campos Novos do Goytacazes” na seção E.2;
 - c. verificar e uniformizar as coordenadas das PCHs, de acordo com as licenças e resoluções da ANEEL.
2. Reapresentar o DCP/PDD para corrigir a tradução para o português dos termos em inglês contidos nas tabelas das páginas 21 a 23.
3. Justificar o cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC apenas usando dados da Neoenergia S.A., uma vez que as PCHs estão em nome de Goiás Sul Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A., nem todas 100% controladas pela Neoenergia, havendo ainda a PCH – Administração e Participações Ltda., e a Ecoinv Global Ltda. como participantes.

4. Apresentar a “estimativa de WACC – Custo Médio Ponderado de Capital para Projetos de Geração de Energia Elétrica no Brasil, Neoenergia, dez/2005”, bem como a planilha “2007-12-13_calculo wacc_TV.xls”.
5. Apresentar as cópias das Licenças Ambientais válidas das PCHs Goiandira e Sítio Grande.
6. Apresentar o Relatório de Validação final, com a remoção dos trechos em que se afirma que os dados usados para calcular o fator de emissão da rede e os cálculos não estão disponíveis, e que por esse motivo não é possível validar o projeto. Essa informação não é compatível com os resultados obtidos por meio de recente reunião entre ONS, MCT, MME e Entidades Operacionais Designadas – EODs para apresentação do método de cálculo do fator de emissão utilizado da rede nacional de distribuição elétrica a ser considerado nos projetos brasileiros no âmbito do MDL. Ainda com relação a esse elemento, constam informações contraditórias como: “Resumo: A atividade do projeto será recomendada ao Conselho Executivo do MDL com uma solicitação para registro **após o encerramento das questões pendentes**”. “Parecer da Validação: **o projeto será recomendado pela SGS para registro na UNFCCC**”.
7. Apresentar cópia de maiores esclarecimentos à Prefeitura de Campos dos Goytacazes referente a seus questionamentos sobre os programas ambientais a serem implementados pela PCH Pedra do Garrafão. A Comissão entendeu que as informações no DCP, Seção D.2, não são suficientemente esclarecedoras.

O Dr. Newton aproveitou a discussão sobre o item 6 acima para anunciar que na véspera havia recebido a ata da reunião feita com as Entidades Operacionais Designadas para auditoria do cálculo dos fatores de emissão. Registrou que o conteúdo da referida ata é muito positivo, confirmando os cálculos da CIMGC. Constavam poucas ressalvas não significativas, devido a pequeno erro identificado durante a reunião. Na verdade, restava a necessidade de apresentação da planilha definitiva, fato que foi devidamente esclarecido. As EODs solicitaram nova oportunidade de verificar a planilha; como houve essa pequena falha, concordou-se que seria razoável abrir essa nova oportunidade para que as referidas Entidades não atrasem mais o processo. Houve a concordância de que apenas uma pessoa verificaria a planilha, no escritório do MCT localizado no Rio de Janeiro. O principal pedido das EODs é o de que a atualização da cartilha de metodologia de cálculo seja finalizada e inserida na página eletrônica do MCT sobre Mudança do Clima, como havia sido afirmado anteriormente. Com isso, as EODs se considerarão satisfeitas e suspenderão qualquer empecilho para aprovação dos projetos. Afirmou também que possivelmente no dia seguinte seriam inseridos, na referida página eletrônica, os dados da margem de operação dos três primeiros meses de 2009 e a margem de construção de 2008.

➤ 236 – Projeto MDL da PCH **Santana I**

O Dr. Adriano ressaltou que esse projeto de Mato-Grosso apresenta poucos pontos problemáticos e que o MCT reavaliou seu parecer, em relação à cópia impressa distribuída aos presentes, para aprovação com ressalvas. Identificou-se a necessidade de acertos no nome do proponente, bem como na tradução de certos trechos. Também foram constatados erros e equívocos pontuais constantes no Relatório de Validação em sua tradução, assim

como a necessidade de apresentação da planilha de cálculo da análise financeira e de esclarecimentos sobre documento inválido apresentado e sobre declarações faltantes.

O Dr. Newton consultou os demais membros da reunião, que concordaram com a avaliação apresentada.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto MDL da PCH **Santana I**, com as seguintes **ressalvas**:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
 - ✓ Alterar o nome do proponente Carbotrader Ltda para sua denominação oficial, Carbotrader Assessoria e Consultoria em Energia Ltda., para evitar problemas futuros.
 - ✓ Acertar a tradução em português, para evitar erros do tipo:
 - a. Figuras com legendas em inglês;
 - b. Potência informada de 13,1 MW (item B.2, pág 10) diferente do PDD.
2. Reapresentação do Relatório de Validação para:
 - ✓ Corrigir o número do Despacho ANEEL, 3301 e não 331.
 - ✓ Acertar erros de tradução, como:
 - a. Relatório de Validação em português apresenta Revisão 2, enquanto que o em inglês apresenta Revisão 1;
 - b. Há vários trechos em inglês, como o próprio nome do projeto;
 - c. Erros de notação (ponto/vírgula decimal), como na página A-76 e A- 88.
3. Apresentação da planilha de cálculo da análise de investimento, para identificar se estão sendo considerados os incentivos do REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura.
4. Explicar porque um documento relacionado no DCP não está válido (Despacho Nº 407 de 09/07/2003 publicado em 10/07/2003 - SPH/ANEEL, aprovando os Estudos de Inventário Hidroelétrico Simplificado do rio Santana no Estado do Mato Grosso).
5. Apresentar as declarações de conformidade ambiental e trabalhista também assinadas pela Carbotrader.

Novos projetos:

O Dr. Newton solicitou que os membros da CIMGC considerassem os novos projetos. Ressaltou que a obrigação da Comissão seria a de analisar os projetos submetidos na última reunião. Completou, porém, que a prática tem sido a de também se buscar a análise de outros projetos não necessariamente considerados submetidos na reunião anterior, desde que os outros Ministérios se considerem confortáveis com esse adiantamento. Lembrou que se trata de tentativa para agilizar a análise dos projetos submetidos à CIMGC, desde que haja tempo hábil para a análise de todos os Ministérios. Feito o esclarecimento, lançou a pergunta sobre a possibilidade de se examinar os novos projetos na reunião em questão, mas que não haviam sido considerados formalmente submetidos:

- 237 – Parque Eólico **Jaguarão** (Entrada em 03/04/2009);
- 238 – Parque Eólico **Serra dos Antunes** (Entrada em 03/04/2009);
- 239 - Parque Eólico **Livramento** (Entrada em 03/04/2009);
- 240 – Projeto de MDL **Estelar** (Entrada em 03/04/2009);
- 241 – Projeto de MDL **Paragominas** (Entrada em 09/04/2009);
- 242 – Aterro **CTRS / BR040** (Entrada em 11/05/2009).

O Dr. João Luiz Tedeschi manifestou, então, que o MME não pôde analisar os referidos projetos. Em vista disso, o Dr. Newton considerou os projetos apenas como submetidos para análise durante a próxima reunião da CIMGC.

Portanto, a CIMGC deliberou que os novos projetos relacionados acima fossem considerados como **submetidos**.

3. Outros Assuntos

- Instrução Normativa nº 7 do IBAMA, de 13 de abril de 2009.

O Dr. Newton solicitou ao Dr. Adriano que apresentasse a posição do MCT sobre a Instrução Normativa nº 7 do IBAMA, de 13 de abril de 2009, a qual estabelece que no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser adotadas medidas que visem a mitigação das emissões de CO₂ oriundas da geração de energia elétrica de usinas termelétricas movidas a óleo combustível e carvão. A Instrução insere ainda elementos sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). De acordo com a Instrução Normativa, a mitigação dar-se-ia por meio de programa de recuperação florestal, de investimentos em geração de energia renovável e de medidas que promovam eficiência energética.

O MCT identificou alguns problemas na Instrução Normativa quanto a aspectos legais, ambientais, estratégicos e econômicos.

Entre outros elementos, debateu-se o seguinte:

- aspectos legais: No que diz respeito especificamente ao MDL, a regulamentação deste mecanismo em âmbito nacional é competência da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, por meio de suas resoluções, cuja presidência e secretaria-executiva competem ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O IBAMA, ao publicar a Instrução Normativa nº 7/09, regulamentando, entre outros aspectos, o MDL, suscitou questionamentos sobre interposição de competências com a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, estabelecidas por meio do Decreto de 7 de julho de 1999, alterado pelo Decreto de 10 de janeiro de 2006.

Registrou-se também que o atual processo de licenciamento ambiental por meio de EIA/RIMA já exige do empreendedor o pagamento como forma de compensação ambiental, nos termos do artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000. Assim, não poderia uma Instrução Normativa do IBAMA estabelecer uma nova modalidade de compensação (desta

vez das emissões de gases de efeito estufa) aplicável às usinas termelétricas, pois entre outros fatores, institui-se uma espécie de bitributação que não está prevista, expressamente, na Constituição Federal.

- aspectos econômicos: as consequências econômicas advindas da Instrução Normativa serão extremamente danosas, podendo inviabilizar alguns empreendimentos. Os investimentos em térmicas a óleo combustível e a carvão mineral terão acréscimos volumosos (há cálculos que indicam um aumento de cerca de mais de 80% nos investimentos), tornando-as não competitivas e, como está previsto uma expansão de térmicas a carvão para otimização do sistema hidrotérmico brasileiro, isso irá encarecer a energia destas fontes, podendo ser no mínimo 40% ao consumidor final e à economia brasileira, com o acréscimo de custo da energia. Segundo cálculos, seriam necessárias grandes áreas para reflorestamentos e grandes projetos de energia renovável/eficiência energética. A adicionalidade dessas atividades será comprometida, vetando a possibilidade de que as mesmas fossem elegíveis no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, impedindo que o Brasil consiga atrair investimentos, causando mais prejuízos econômicos ao país.

- aspectos estratégicos: No cenário de competitividade internacional, a atração de investimentos está condicionada à existência de marcos regulatórios estáveis e previsíveis. A Instrução Normativa do IBAMA cria um cenário de instabilidade, podendo afastar do setor elétrico empreendedores nacionais e internacionais. Adicionalmente, o Brasil como país em desenvolvimento, Não-Anexo I, não tem compromissos de redução e limitação quantificados de emissão de gases de efeito estufa; daí a IN poderia ter consequências em relação ao posicionamento externo do país, em suas negociações internacionais.

- aspectos ambientais: O Brasil tem uma matriz de energia primária das mais limpas do mundo (45% de renovável) e com previsão do MME (PNE 2030) de chegar a 46% em 2030, atendendo, portanto, o próprio Plano Nacional sobre Mudança do Clima. No mundo, essa taxa é de 12% e, nos países membros da OECD, é de apenas 6%. Não há sentido em penalizar a sociedade brasileira com aumentos de custos de energia em decorrência de fixação interna de reduções de emissão de gases de efeito estufa. As florestas serão os ecossistemas mais ameaçados pela mudança global do clima, havendo ainda incerteza de que esses ecossistemas serão capazes de resistir em ambientes com concentrações de CO₂ acima de 800 ppmv. A idéia de plantar florestas, difundida por uma visão errônea de neutralização de emissões de combustíveis fósseis, é um conceito obviamente em contradição com a regulamentação internacional do Protocolo de Quioto. Este Protocolo considerou o crédito de MDL de florestamento e reflorestamento como temporário, dada a natureza não permanente da fixação de carbono pelas árvores, uma vez que desmatamento, incêndios ou pestes podem facilmente reverter a fixação de carbono e a suposta “neutralização” redundaria em dupla emissão, resultante da emissão proveniente da queima de combustível fóssil, bem como da emissão devido à reversão do carbono fixado nas árvores, que seria relançado na atmosfera. Portanto, a Instrução Normativa resulta em uma medida de efetividade ambiental totalmente questionável. Utiliza-se um fator de remoção de carbono de 120 toneladas de carbono/hectare, característico do bioma amazônico. Contudo, a remoção de carbono é diferente no que se refere aos diferentes tipos de plantio.

Não é tecnicamente adequado utilizar o mesmo fator para reflorestamentos com espécies nativas e com espécies exóticas.

O Dr. Adriano informou ainda que durante a manhã do mesmo dia da reunião da CIMGC, a Instrução Normativa em questão foi considerada pela Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA para servir como espelho para uma eventual resolução desse órgão. Naquela ocasião, diante dos questionamentos dos Conselheiros do CONAMA, alguns deles descritos acima, a Câmara Técnica que trata do assunto concordou em fazer uma exposição na reunião ordinária do CONAMA, registrando inclusive o seu desconforto em relação à Instrução. O MMA também assumiu o compromisso de apresentar uma outra proposta ao CONAMA, no início do próximo mês de julho. Contudo, aquele MMA manifestou que promoveria discussões internas e que dialogariam em seguida com os outros ministérios, mas não ficou claro como isso seria feito. O Dr. Adriano declarou ainda que entendia que o fórum ideal para a discussão seria a própria CIMGC.

Ainda durante a referida reunião da Câmara Técnica do CONAMA, o MME pediu que o caráter de urgência fosse retirado. Tal pedido não foi atendido, mas ficou acordado que o MMA, por meio da Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Dra. Suzana Khan, faria um informe durante a reunião ordinária do CONAMA que consideraria o assunto como item de pauta, dizendo que houve um equívoco em relação ao que seria esse caráter de urgência, pois se pensava na verdade em caracterizar o assunto como “prioritário”. A Câmara Técnica, além de declarar seu desconforto em relação à IN, também requisitaria uma definição mais adequada sobre caráter de “urgência” em relação a futuras propostas.

O Dr. Ernani, MFazenda, alertou sobre dois pontos: as tarifas de energia elétrica, já consideradas altas, terão aumentos devido à IN, pois o setor sempre incorpora seus custos às tarifas; e, com a modificação da linha de base, os investimentos advindos do MDL seriam prejudicados.

O Dr. Hamilton, MME, concordou com as declarações anteriores. Aspectos de competências, legais, deveriam ser vistos com mais profundidade. Apresentou alguns números: usinas térmicas de 200 MW custam em torno de R\$ 500 milhões, e com as compensações, passariam a R\$ 1 bilhão, com impacto na tarifa, para os consumidores, podendo alcançar aumentos de até 50%. Impactos ambientais seriam questionáveis. O modelo energético foi bastante debatido, e é a base para o desenvolvimento do país. Uma mudança abrupta terá grandes impactos e trará incerteza para os empreendedores. Não só em relação às térmicas, mas em todo o setor elétrico, com consequências não necessariamente diretas. Outro aspecto é o de atribuição de responsabilidades: o setor de energia tem 25% das emissões e o setor elétrico, apenas uma parte menor ainda; mesmo assim, este setor ainda teria um ônus de reflorestamento. O setor de energia tem que ser analisado como um todo. Uma térmica não pode ser vista isoladamente. As hidrelétricas são investimentos difíceis, que têm sido construídas de maneira muito responsável, com grande preocupação ambiental. Hoje praticamente as novas são a fio d’água. Outros tipos

são colocados, como eólicas e térmicas, mas esses tipos de energia não são intercambiáveis. Falar de alguns megawatts de eólica é completamente diferente dos mesmos megawatts de térmicas. Energia de base, de ponta e suprimento se relacionam de forma complementar. Não se pode ter energia eólica sem ter as térmicas como suporte, já que hidráulicas com grandes reservatórios estão ficando mais difíceis. Algumas térmicas são colocadas no sistema para entrar em funcionamento apenas em determinadas circunstâncias especiais; Uma modificação desse porte no setor não pode ser tomada de afogadilho, pois envolve a segurança energética do país. Essa negociação precisa ser feita com calma.

A Dra. Fernanda Maria, MRE, concordou com as considerações feitas, principalmente em relação à captação de recursos via MDL, pela alteração da linha de base. Segundo ela, outras fontes de investimento de captação, que estão ainda sendo negociadas, na área de mitigação, podem ser ainda maiores que aquelas advindas do MDL e isso também estaria sendo colocado em risco.

O Dr. Gerson, Ministério dos Transportes, concordou com as colocações anteriores, solicitando que o IBAMA fosse menos exigente nesse assunto.

A Dra. Andréa, MMA, registrou que considerava válida a colocação da IN em pauta e que a questão seria discuti-la. Lamentou a ausência da Dra. Branca Americano, ausente em virtude de sessão pública na Câmara dos Deputados, que poderia dar maiores detalhes sobre a reunião, mas entendeu que o Dr. Adriano apresentou com propriedade os pontos importantes. A nova proposta a ser preparada pelo grupo interno do MMA poderia ficar pronta no início de julho. Informou, assim, que seria melhor haver nova discussão na próxima reunião da CIMGC, com uma posição mais sedimentada do MMA.

O Dr. Newton resumiu que discussão seria necessária, baseado nas intervenções feitas. Lembrou que entre as atribuições da Comissão, conforme Decreto de 7 de julho de 1999, alterado pelo Decreto de 10 de janeiro de 2006, está “definir critérios de elegibilidade adicionais àqueles considerados pelos Organismos da Convenção, encarregados do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Artigo 12 do protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, conforme estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável”. Dentro da IN há questões relativas à implementação de projetos MDL que estão afetas à Comissão, que deveria ter sido previamente ouvida. Neste ponto residiria um dos elementos problemáticos da IN. Em sua 48ª Reunião, a pedido do Ministro Sérgio Rezende, a Comissão foi instada a assumir os outros papéis previstos para a mesma, entre os quais também “**emitir parecer**, sempre que demandado, **sobre propostas de políticas setoriais, instrumentos legais e normas que contenham componente relevante para a mitigação da mudança global do clima** e para adaptação do País aos seus impactos” e “fornecer subsídios às posições do Governo nas negociações sob a égide da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e instrumentos subsidiários de que o Brasil seja parte”. A IN envolve aspectos de políticas setoriais e negociações de mudança do clima para os quais a Comissão tem a

atribuição de se manifestar. Portanto, há a necessidade da CIMGC emitir parecer sobre a IN. A seu pedido foi aberta novamente a palavra aos presentes.

O Dr. Hamilton sugeriu uma notificação/manifestação da Comissão.

A Dra. Andréa sugeriu uma comunicação da Secretaria Executiva ao MMA.

O Dr. Newton destacou duas vertentes: na forma legal, de competência, a Comissão precisaria ser necessariamente ouvida sobre as questões que envolvem o MDL; de outro lado, a Comissão deveria se manifestar sobre as políticas setoriais, inclusive com conseqüências nas negociações internacionais. Os membros da Comissão poderiam trazer suas posições. Sugeriu um grupo de trabalho da Comissão, embora reconhecesse que o seu estabelecimento pudesse atrasar a tomada de alguma decisão.

O Dr. Hamilton destacou a importância de todos os ministérios se pronunciarem, tendo um prazo maior. Em sua visão, três pontos deveriam ser considerados: a questão da competência do instrumento legal; o fórum adequado para o assunto e a criação de um grupo de trabalho. E solicitou que o resultado da discussão constasse em ata.

O Dr. Newton lembrou que a ata é um instrumento interno da Comissão, sendo então necessária uma comunicação da Comissão para o público externo. A participação no Grupo de Trabalho proposto foi colocada como voluntária. Apresentaram-se os representantes do MRE, MMA, MME, MCT, MFazenda, MTransportes e MCidades. Foi esclarecido que o primeiro assunto a ser considerado pelo Grupo seria a IN, podendo futuramente, tocar em outros assuntos, conforme a necessidade. Quanto à coordenação do grupo, ficou acordado que o MCT a assumiria para iniciá-lo, podendo haver mudanças durante o andamento dos trabalhos. Também registrou que qualquer parecer do Grupo de Trabalho seria distribuído a todos os membros da Comissão para discussão e aprovação.

Não havendo assuntos adicionais a tratar, o Dr. Newton encerrou a reunião, agradecendo uma vez mais a presença de todos, bem como a colaboração de costume.